

A teoria da intencionalidade e a informação: definições e propriedades para o fenômeno

MÁJORY KAROLINE FERNANDES
DE OLIVEIRA MIRANDA
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

INTRODUÇÃO

A análise teórico-conceitual partiu da premissa de Silva e Ribeiro (2002), que entendem a informação como algo de essência mutável com propriedades identitárias para o objeto. Assim, para o entendimento das bases ontológicas e das noções formadoras da matriz e do alicerce da informação o estudo considerou dois elementos: o conceito e a essência.

A informação emerge de diversas formas conforme o paradigma em que reside, Ilharco (2003) afirma que a informação está emaranhada na problemática decisiva do significado e das relações e referências entre as coisas e fenômenos de variados contextos.

É entendida como um fenômeno interpretativo dependente da experiência, pressupostos, contextos e envolvimento, no âmbito dos quais um sujeito busca informação. A noção fundadora da informação, segundo Ilharco (2003), pressupõe a estabilidade do que existe, das coisas, das relações e dos significados. Esta posição que referencia a informação enquanto significado, torna-se numa forma de afirmar, de fazer valer a posição de uma interpretação, seus significados mais úteis, mais óbvios e mais evidentes.

Então, a ação de buscar informação equivale a uma forma de afirmar a autonomia do sujeito, e assim, sua antecipação.

O autor ressalta que, no âmbito de uma análise fenomênica da informação, o ser humano está envolvido com assuntos, projetos e atividades. Daí deriva a Teoria da Intencionalidade para análise do mundo, e tudo em que nele reside para revelar, assim como sua forma, os modos e os momentos que tem relação com o ser humano. Nesse contexto, o indivíduo tem que escolher entre diversas possibilidades, significados, sentidos ou interpretações, argumentando, questionando e tentando mostrar ao mundo, os tipos de comportamentos, de pontos de vista de interpretações que ele considera mais apropriados.

Notavelmente, este entendimento de informação a partir da análise fenomênica insere o significado como algo dependente do contexto em que surge. Para um sentido operativo, esta pesquisa coloca a questão que permeia a busca da informação em cenários eletrônicos. Então busca-se identificar os atributos da teoria da intencionalidade no fenômeno informacional em contextos eletrônicos.

Assim, parte-se das origens ontológicas da informação destacando o aspecto conceitual e as propriedades/atributos que tornam a informação visível e encontrável.

O estudo parte do método quadripolar com os pólos Epistemológico, Teórico, Técnico e Morfológico que sustentam, respectivamente, a natureza do fenômeno informação, as teorias que fundamentam-na, a técnica bibliográfica e descritiva, com a revisão de literatura, e a morfológica com a interpretação do fenômeno informação. O texto que se segue está estruturado nas seções da Introdução, com a visão geral; seção 2, com o destaque da noção do conceito e essência de informação; seção 3 a teoria da intencionalidade, definição e propriedades; seção 4 o fenômeno informacional e a teoria da intencionalidade; a seção 5 as considerações, e finalmente as referências.

DA NOÇÃO DE CONCEITO À ESSÊNCIA DE INFORMAÇÃO

O que faz da informação um objeto tão complexo e variável quanto à conceituação e definição é o fato dela estar relacionada aos processos cognitivos e ao contexto de quem enuncia. Segundo afirma Bachelard (1971, 16), “não aumentaremos o conhecimento de um objeto isolando-o [...] é inútil levar a análise até isolar sob todos os pontos de vista um objecto único [...]”. Porque, segundo parece, o isolamento resulta numa separação entre o ato e o ser, ou seja, separação entre ação e objeto, ação e coisa e nesse sentido, o objeto perde as suas propriedades substanciais.

Por outro lado, a atitude de forjar o isolamento de um objeto contribui na identificação de propriedades substanciais. Este tipo de atitude é exemplificado na premissa “[...] não há comunicação sem informação, mas pode haver informação sem comunicação” (Silva e Ribeiro 2002, 26). Observe a possibilidade de isolamento do objeto informação da ação de comunicar, caso contrário, dá-se como pouco provável compreender que não existe *Comunicação sem Informação*, e, sim, seu inverso.

O isolamento, nesse caso, é teórico para a percepção de propriedades substanciais, como a relação entre o ato e o ser, a ação e a coisa. O entendimento do conceito de informação é identificado como elemento essencial na implementação de soluções direcionadas à busca da informação.

Os estudos estão centrados na análise de definições de informação, suas características, e as propriedades que estimulam sua emergência enquanto objeto de formação científica da área. Para além desta análise, os critérios utilizados para compreensão da sua natureza seguem o argumento de Chirollet (2001). O autor postula que o estudo do objeto deve estar relacionado à análise do seu conceito, ou seja, às características mais íntimas, à sua essência. Ele argumenta que a sólida cultura científica existente em algumas disciplinas, como a Filosofia, acontece porque, desde a antiguidade, fez parte de sua formação o estudo do “conceito”. Em sua opinião, “[...] o conceito representa precisamente a chave e a finalidade de qualquer empreendimento filosófico [...]” (Chirollet 2001, 69).

Então, questionar a informação e seu sentido mais primário e fundamental, o da sua essência, é objetivo de estudos cujas bases estão na Fenomenologia (Ilharco, 2003).

Esta constatação é desenvolvida numa prática fenomênica onde a posição é de que o fenômeno informação faz relação com as noções, eventos ou fenômenos primários, ao modo humano de ser no mundo, nomeadamente, a ação e a comunicação, noções, conceitos ou distinções que estão emaranhados entre si (Ilharco, 2003).

Defende-se que, a partir das noções de conceito de informação é possível identificar e acrescer elementos teóricos substanciais para o estudo do objeto. Porém, é preciso lembrar que, para além do empreendimento filosófico, os estudos acerca de “conceito” tem origens nas atividades da organização da informação e do conhecimento. Os sistemas de organização do conhecimento, como a classificação, tesouros e ontologias, compreendem conceitos e suas relações semânticas. O mesmo acontece com os sistemas de informação eletrônicos.

Segundo Hjørland (2009), o estudo do conceito é amplo, interdisciplinar e complexo, estando relacionado com outras áreas de pesquisa que possuem uma longa tradição histórica.

Surgem assim, as diferentes teorias de conceitos com implicações para a construção, avaliação e uso em sistemas de informação. Baseado “na visão pós-Khuniiana” dos paradigmas, Hjørland (2009) apresenta argumentos para um melhor entendimento e classificação da teoria de conceitos. O autor indica que, com a visão de teorias epistemológicas, como o empirismo, racionalismo, historicismo e pragmaticismo é possível gerar visões complexas sobre o conceito, clarificando uma parte do amplo paradigma que está começando na CI.

De fato, para a CI, os substratos de “conceito” aparecem diretamente na organização e representação de informação, porém, o paradigma emergente, além da visão historicista e pragmática, considera que “é a fundação ontológica, ou seja, [a] retaguarda de entendimento sobre a natureza do que é, que uma vez tornada explícita nos permitirá detalhar em razoável profundidade o fenômeno em análise” (Ilharco 2003,138). A partir deste critério, a CI pode

recorrer à episteme do conhecimento para conhecer e interpretar o “conceito”, baseado no paradigma historicista e pragmático.

Na perspectiva de Chirollet (2001, 51), a informação é um objeto de variadas definições concebidas em contextos e ambientes distintos, que ocorrem porque “a área discursiva da informação, seja qual for a natureza dessa Informação (científica ou menos especializada) é considerada sempre numa perspectiva heteronímia do discurso de quem a enuncia”. E essa variedade de discurso, ou mesmo de definições, tem um referencial positivo, ao contrário de investigações cujos resultados são similares e as ideias concordantes como simples idealidade em si. As significações dos objetos de pesquisa que são comuns às disciplinas distintas, como a informação, são dependentes dos processos de investigação, métodos e teorias evoluídas e que se realizam com discursos discordantes (Chirollet 2001).

Ou seja, os mecanismos históricos variados, os contextos do pesquisador e o meio ambiente influenciam o entendimento em torno do objeto de pesquisa. Para fundamentar a amplitude de conceituações de um objeto, Chirollet afirma ainda que os variados conceitos e definições de uma

[...] linguagem que enuncia a informação, dependeria segundo o ponto de vista que privilegia a autarcia do discurso conceptual, de contextos sócio-históricos contingentes, suscitando o aparecimento de fenómenos descritíveis numa linguagem de tipo informacional, cujo carácter científico seria mais ou menos incerto e até aleatório [...] (Chirollet 2001, 50).

Assim, um objeto com carácter de “fenômeno possui um subjetivismo implícito, que requer da área científica, que a detém, uma reflexão racional para chegar a conclusões concretas e objetivas” (Bachelard 1971, 34). Ora, é preciso sublinhar que para o estudo do objeto, além de reconhecer as definições existentes, deve-se percorrer as fronteiras epistêmicas, as que possam inseri-las num entendimento ontológico. Com base no argumento de Chirollet (2001), o *conceito* é analisado a partir de algumas teorias que foram desenvolvidas em períodos distintos.

La intencionalidad...

O *conceito* tem por objeto a essência real e imutável das coisas. Este saber forja um caráter intrinsecamente verdadeiro e cartesiano, em que o conceito como *logos* circunscreve e define a substância de algo, ou a essência necessária de uma coisa. Já nos Tratados de Metafísica, a concepção de conceito viria a ser a essência necessária da realidade, e que aproxima essa realidade ao que realmente ela é. É com a Metafísica que surge o pensamento crítico, entretanto fatural, no qual o *conceito* é referido às coisas que estão mediante à sensação, ou seja, os conceitos puros ou categorias constituem as próprias coisas enquanto percebidas.

Da análise, inferem-se algumas interpretações que visam orientar a fundamentação do objeto em sentido lato, dispostas no seguinte quadro resumo:

Quadro 1: Fundamentos para a compreensão do objeto Informação à partir do conceito de Conceito.

Escolas	conceito e essência	Conceito de Informação
(427-347 a.C.)	Conceito (<i>logos</i>) é o que circunscreve ou define a substância ou a essência necessária de uma coisa.	Composto de uma essência e atributos invariáveis.
(384-322 a.C.)	Conceito é a essência necessária da realidade. O que faz com que essa realidade não seja diferente do que realmente é.	Composto de uma essência e atributos invariáveis.
Metafísica	Conceito se refere à coisa só mediante à sensação.	Composto por atributos variáveis, que dependeria apenas das sensações e comportamentos do ser.
Fenomenologia	Conceito é uma formação psíquica cuja representação varia de momento a momento, de indivíduo a indivíduo, porém conservando a mesma essência.	Possui uma essência, porém dependente da cognição do dinamismo social.
Pragmaticismo	Conceito é o signo do objeto e se acha em relação com ele. O signo significa alguma coisa. Rompe com o conceito de essência e assume o Conceito como um sinal, um Signo.	Composto por atributos variáveis, mas sem essência, já que o signo do objeto é o bastante para despertar significados variáveis e distintos.

Na Fenomenologia, o *conceito* viria a ser uma formação psíquica cuja representação varia de momento a momento, de indivíduo a indivíduo, porém conservando a sua essência; O Pragmaticismo,

por sua vez, concebe o *conceito* como signo do objeto que se acha em relação a ele, o signo significaria alguma coisa e romperia com a existência de uma essência ao assumir o conceito como um sinal ou um signo (Abbagnano 1998; Brugger 1968; Durozi y Rousset 2000).

A TEORIA DA INTENCIONALIDADE: DEFINIÇÕES E PROPRIEDADES

Fenomenologia significa a atividade de dar conta fornecendo um *logos* de vários fenômenos e dos vários modos que as coisas podem aparecer” (Sokolowski 2004, 23). Nesta pesquisa se aplica ao entendimento da informação exibindo a sua essência e os conceitos da experiência e da percepção de quem interage busca e usa a informação. O fenômeno existe com uma variedade de descrição, de essência e propriedades reafirmando a necessidade de “deixar aquilo mesmo que se mostra ser visto a partir dele próprio, no mesmo modo como se mostra, ele próprio, a partir dele próprio” (Ilharco 2003, 139).

Complementando o raciocínio, Silva e Ribeiro lembram que a Fenomenologia explica que “[...] a informação em geral é concebida como algo de essencial não imutável, mas modelada por um conjunto fixo de propriedades intrinsecamente subjectiva e inter-subjectiva que está para além dos suportes físicos e materiais que coisificam [...] (Silva e Ribeiro 2002, 29)”.

A Intencionalidade, conforme Sokolowski (2004), é a doutrina nuclear da fenomenologia, ela explica que cada ato de consciência que nós realizamos, cada ato de consciência que nós temos como algo intencional, é consciência de ou experiência de algo ou outrem. A partir da Intencionalidade, é possível fazer uma relação de consciência com o objeto ao ajustar e entender a palavra, para então significar principalmente intenções mentais ou cognitivas que poderiam ser postas em prática.

A Intencionalidade deve ter uma formulação mais inclusiva, sendo a propriedade de estados mentais pela qual são religados ao mundo tal como é experienciado. A mente fenomenológica é o

lugar de percepção consciente, é habitada por objetos percebidos, por experiências sentidas (Miguens 1995). A essa questão, é a experiência consciente que deve ser referida às formas de informação, aos processos e ocorrências na mente.

Essa forma de pensamento fenomênico ocupa um lugar de reflexão sobre o espírito e a consciência que pode ser vista no vasto campo das Ciências (Chalmers 2004).

São identificados três diferentes tipos de intencionalidade: Física, relacionada a receptividade; Transcendental, relacionada ao entendimento; e Constitutiva, relacionada ao processo de criação e produção. Esses tipos de intencionalidade mostram diferentes degraus da vida intencional (Fidalgo 1997).

O que surge em consciência é o que a fenomenologia indica de Intencionalidade ou a propriedade dos estados ou eventos mentais pela qual estão *dirigidos-a*, ou são *acerca-de*, objetos e estados de um objeto no mundo. Um estado mental com tal característica será então dito estado Intencional (Dias 1999).

Ter consciência intencional refere-se à direcionalidade do estado de consciência; é ter informação *a respeito de*, *acerca de*, sendo a experiência de cada ser em particular que faz essa direcionalidade. Isso significa que a direcionalidade da informação, materializada ou não, pode ser validada de acordo com a percepção de quem possui a consciência.

Sobre as características da Intencionalidade, Searle (1999) sugere que a concepção do entendimento de Intencionalidade parte de três argumentos:

Em primeiro lugar, nem todos os estados mentais são estados Intencionais, como por exemplo, alguns estados de ansiedade, exaltação e melancolia. Em segundo lugar, é preciso distinguir Intencionalidade e consciência, pois ter consciência de algumas sensações, como a ansiedade, não significa que ela esteja direcionada para algo, ou seja, que possua Intencionalidade. Em terceiro lugar, o sentido de tencionar algo não significa que há uma direcionalidade com algo ou que as crenças sejam Intencionais, “Intencionalidade é direcionalidade, tencionar fazer algo é apenas um tipo de Intencionalidade, entre outras” (Searle 1999, 23).

Esse sentido de “intencionar” ou “intenção” não pode ser confundido com propósito, objetivo que há na mente de um sujeito ao agir. O conceito fenomênico de intencionalidade se aplica à teoria do conhecimento, não à teoria da ação humana, e vai contra o senso comum o qual tende a usar “intenção” no sentido prático. No caso do uso fenomênico, a palavra é usada para significar intenções mentais ou cognitivas, ou seja, a relação de consciência que um sujeito tem com o seu objeto (Sokolowski 2004).

Para identificar algo como estado intencional, é preciso então analisar a Intencionalidade por meio da característica de direcionamento a algo, ou seja, um estado será Intencional todas as vezes que seja possível responder a perguntas do tipo: a que se refere? Sobre que é tal estado? Quando se obtém como resposta um objeto ou estado de coisas (Searle 1999; Dias 2009). Seguindo esse raciocínio, Searle (1999, 22) argumenta que:

[...] se um estado *E* é intencional, então tem que haver uma resposta para perguntas como: *E* é acerca de que?, em que consiste *E*?, o que é um *E* tal que?, alguns tipos de estados mentais têm instâncias que são intencionais e outras instâncias que não são [...]. A ansiedade, depressão e exaltação não dirigidas não são intencionais, enquanto os casos dirigidos são intencionais.

É característica de alguns estados serem direcionados, ou, pelo menos, poder ser direcionado, como os de dúvida, conhecimento, interrogação. Então, a questão que realmente se coloca no encalço dessa matéria é saber, por um lado, a relação dos estados Intencionais, e, por outro, os objetos e estados de coisas acerca dos quais eles são e para onde são direcionados (Searle 1999).

A Intencionalidade que caracteriza esses estados Intencionais e os objetos ou estados de coisa para o qual estão direcionados, Searle (1999) propõe que seja analisada a partir dos atos de fala, mas não significa dizer que Intencionalidade seja linguística. A partir dos atos de fala é possível identificar a Intencionalidade, porque, por meio deles, são expressas as crenças, desejos, temores, dúvidas; são compostos por um conteúdo proposicional, aquilo em que se acredita, se deseja, teme, dúvida.

Os atos de fala possuem as seguintes características, critérios que podem ser verificados:

a) Direção de ajustamento: os atos de fala são assertivos ou diretivos. Os assertivos são os enunciados, descrições e asserções, e se adequam a um mundo como sendo independentes, e por meio dessa adequação, são ditos verdadeiros ou falsos. Os atos de fala diretiva são as ordens, comandos e solicitações, não são supostos de se adequarem a um mundo como sendo independente, pois sempre dependerá de uma resposta a esse tipo de ato (Searle 1999).

b) Sinceridade ao expressar um ato de fala com um conteúdo proposicional: um ato de fala que expressa estados Intencionais (desejos, interrogações, dúvidas) possui um conteúdo proposicional ou um conteúdo representativo. Esses estados Intencionais representam objetos ou estados de coisas e possuem uma direção de ajuste mente-mundo, que é satisfeita quando a mente se ajusta ao mundo (Dias 2009).

c) Condições de satisfação: acontece quando há direções de ajustamento. Enunciados, sejam eles verdadeiros ou falsos; ordens, obedecidas ou não; solicitações, atendidas ou não, depende da sua direção de ajustamento particular. Então, essas condições são rotuladas como condições de satisfação ou condições de sucesso, e aplica-se aos estados Intencionais. Ou seja, os desejos serão satisfeitos se, e somente se, forem realizados, as intenções serão satisfeitas se, e somente se, forem executadas. Assim, diz-se que as condições de satisfação são internas ao estado Intencional (Searle 1999).

Para Searle (1999), esses três pontos são tidos como conexões de certo quadro da Intencionalidade, que, por sua vez, consiste em afirmar que cada estado Intencional é um conteúdo representativo.

Nessa proporção, os atos de fala ou ilocucionários e os estados Intencionais possuem condições de satisfação ou sucesso, que, em outras palavras, significa que não é possível conhecer um estado, como, por exemplo, acreditar em algo ou desejar algo, sem conhecer suas condições. Logo, para conhecer essas condições, é preciso que as noções de representação e satisfação apresentem clarificações adicionais.

Para Searle (1999), o sentido de representação é esgotado pela analogia com os atos de fala, por exemplo, uma crença que representa as suas condições de satisfação é o mesmo sentido no qual um enunciado representa as suas condições de satisfação. Então, a expressão “condições de satisfação” tem a ambiguidade do processo-produto, ou como entre o requisito e a coisa requerida. Para validar a Intencionalidade é preciso que exista uma condição no mundo que a possa validar e satisfazê-la (Searle 1999, 35). Então, a chave para compreender as necessidades de informação (representação da sua Intencionalidade) podem ser as condições de satisfação.

Se essa noção for ajustada ao contexto dos sistemas de informação eletrônicos, inferimos que o processo de buscar informação está direcionado a um conteúdo específico, e esse processo, que envolve uma série de requisitos, é uma representação das suas condições de satisfação.

Para Dias, as condições de satisfação estão diretamente relacionadas com:

conhecer (i) o que é representado por seu conteúdo proposicional e (ii) qual o modo psicológico do estado em questão. Conhecer qual é o objeto Intencional, ou o estado de coisas representado é, por sua vez, saber a que se refere, o estado Intencional. Se nada satisfaz a porção referencial do conteúdo representativo, diz-se que o estado Intencional é desprovido de objeto Intencional (Dias 2009, 3).

A Intencionalidade tem um estado Intencional (necessidade, desejo, crença), que, por sua vez, tem uma direção de ajustamento (diretiva ou assertiva). A direção de ajustamento é que determina as condições de satisfação quando alcança um conteúdo proposicional sendo identificada na manipulação de informação. Algumas manipulações de informação são realizadas para que ela se ajuste ao conteúdo proposicional de quem possui a Intencionalidade.

Mas há momentos em que alguns enunciados, mesmo possuindo Intencionalidade, podem ser falsos. Então, o fato de haver um estado Intencional não significa que seja satisfeito, porque pode acontecer de não alcançar o objeto referido pelo conteúdo proposicional

(Searle 1999). Ou seja, não necessariamente haverá uma informação *X* no conteúdo proposicional.

Rede e *background*

Além das condições de satisfação somam-se os conceitos de “rede e *background*” em que o conteúdo proposicional alcançado determina as condições de satisfação. Um estado Intencional só é o estado que é devido a sua posição numa rede de outros estados Intencionais, e sobre um *background* de atitudes e suposições (Searle 1999). As condições de satisfação para o sujeito podem ser determinadas e residirem numa rede de outros estados Intencionais. Estes, por sua vez, são uma espécie de suporte que reúnem as práticas e atitudes que antecedem o estado Intencional propriamente dito.

Essa rede e *background* assumem-se, portanto, como uma condição determinante do próprio estado Intencional, estando ele relacionado a outros estados Intencionais. Como ilustração desta interpretação, é pertinente ressaltar que, se o sujeito ignorar a:

expressão de um estado Intencional de um ator com os demais estados Intencionais de seu personagem e o contexto narrativo em geral, do qual faz parte, não apenas o roteiro da peça em questão, mas também seu autor, sua época, o público ao qual se dirige, os costumes vigentes etc, não seremos capazes de compreendê-lo. É neste sentido, portanto, que a rede e o *background* passam a integrar as condições para a compreensão de um estado Intencional (Dias 2004, 4).

Para a compreensão disto, consideremos que dois sujeitos, de localidades distintas, possuem estados mentais ou intencionais idênticos, eles possuem as mesmas crenças, ou os mesmos desejos em relação a determinadas proposições. Ou seja, ocorrem as mesmas realizações de tipo idêntico do estado mental na mente e cérebro dos dois sujeitos. Porém, por mais que fossem do tipo idêntico, umas das características que diferenciariam os seus estados seriam as circunstâncias que levaram cada sujeito ao seu estado. As condições de satisfação, para os sujeitos, são alcançadas à medida que cada um esteja envolto a uma série de estados Intencionais,

uma Rede apta a lhe dar suporte sobre a verdade de determinada crença. Ou seja, para que um desejo seja um desejo de se obter informação a respeito de um tema, é preciso possuir um conjunto de crenças e capacidades mentais relacionadas ao tema para decidir sobre a sua verdade.

Experiência e percepção

Experiência e percepção são noções distintas, de modo que percepção envolve a noção de consecução, ato ou efeito de conseguir, o que não se verifica com a noção de experiência (Searle 1999). Porém, pode-se ter uma experiência sem consecução, ou seja, sem percepção. Embora alguns filósofos neguem a existência de experiência visual, Searle (1999) argumenta que essa negação ocorre porque a filosofia da percepção, com as experiências perceptivas, tem ignorado a Intencionalidade. A experiência perceptiva, como a visual, é tão *direcionada a* ou *para* objetos e estados de coisas no mundo, como qualquer um dos estados Intencionais falados anteriormente, como a crença e o desejo. E o argumento a esse favor é que uma experiência visual tem condições de satisfação exatamente no mesmo sentido em quem as crenças ou desejos têm (Searle 1999).

A dimensão mais profunda da Intencionalidade é quando a consciência intenciona a identidade de objetos. Quando um objeto é percebido, não vem apenas um fluxo de perfis, ou seja, um *Background* que suporta a percepção e insere complexidade ao objeto, mas ainda a própria identidade do objeto, que é Intencionada, é dada como sendo de um objeto, e pertence ao que é dado na experiência (Sokolowski 2004).

Relacionado ao entendimento de informação, inferimos que: se analisássemos a informação apenas em sua forma física, a análise seria redutora, tendo em vista que sua identidade estaria relacionada ao seu aspecto (lados, aspectos e perfis). Se tudo fosse percebido através de formas ou estruturas seria dado apenas como aparente, de uma única perspectiva, o que resulta numa percepção reducionista de um objeto.

La intencionalidad...

Assim, a análise da informação tem como base os argumentos da fenomenologia, considerando que, diante da Intencionalidade, as condições de verdade são determinadas pela experiência.

Numa análise em que existem a experiência e o objeto percebido, como componentes da percepção, relação é Intencional e causal. Desta forma, constata-se que o sujeito individual e até mesmo nichos específicos, que possuem interesses similares, têm como experiências o uso de um sistema para localizar a informação. Contudo, as condições de satisfação dessa experiência, individual ou de grupo, são diferentes, mas podem ser similares.

O FENÔMENO INFORMACIONAL: DEFINIÇÕES DO OBJETO

A premissa “[...] só o ato humano (individual), pleno de consciência intencional, de racionalidade e de liberdade, é informacional [...]” (Silva e Ribeiro 2002, 29) indica uma orientação fenomenológica na pesquisa, além dos estudos sobre o conceito.

Nas bibliotecas, universidades, nos diversos contextos organizacionais, a informação circula como um fenômeno, diversificado, complexo e penetrante, cujos problemas e questões direta ou indiretamente relacionadas a ela encontram-se em desenvolvimento. A sua experimentação, identificação e a sua eventual investigação estão intimamente relacionadas à Sociedade da Informação (Ilharco 2003).

De acordo com esta perspectiva, a informação “situa-se claramente entre a dimensão psicossomática do ser humano (onde se inscrevem o conhecimento, a inteligência, a memória, as emoções) e a comunicação social, ao mesmo tempo em que fica realçado o papel do código [...]” (Silva e Ribeiro 2002, 23).

A definição de informação, conforme a Enciclopédia Einaudi, demonstra que ela também pode apresentar facetas são relacionados genericamente a alguns tipos desse fenômeno,

A Informação apresenta-se-nos em estruturas, formas, modelos, figuras e configurações; em idéias, ideais e ídolos; em índices,

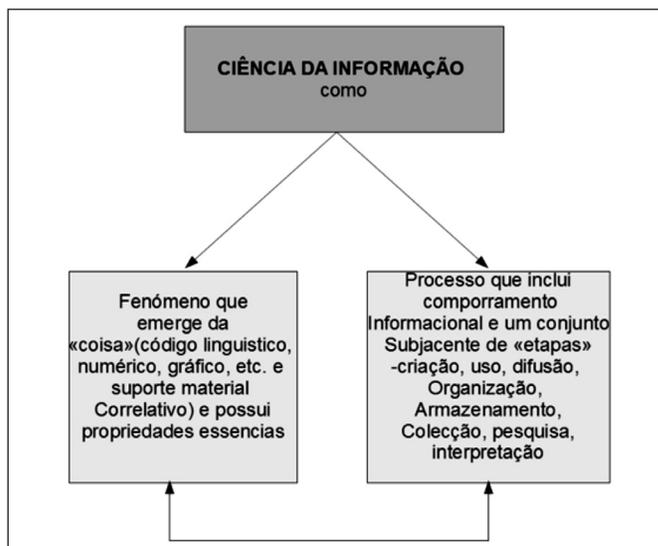
imagens e ícones; no comércio e na mercadoria; em continuidade e descontinuidade; em sinais, signos, significantes e símbolos; em gestos, posições ou conteúdos; em frequências, entonações, ritmos e inflexões; em presenças e ausências; em palavras, em ações e silêncios; em visões e silogismos. É a organização da própria variedade (Einaudi 2000, 11)

Já no campo da Teoria da Informação, a Informação mostra propriedades qualificadoras presentes no código, mensagem, assunto, signo e significado. Quando decodificada, desperta uma representação mental do conhecimento trocado e permite uma interação entre as partes, chamada de Comunicação.

Abrange também conceituações quantitativas, teoria que segundo Epstein “interessa-se exclusivamente pela estruturas dos códigos enquanto veículos que possibilitem a transmissão da variedade. A informação de um sinal ou uma mensagem, nos limites da TI, não é o seu significado” (Epstein 1988, 24). Essa teoria foi largamente criticada por estudiosos da área de informação porque extinguiu de suas investigações a relevância de conteúdos transmitidos nas mensagens. Por outro lado, o que interessa à TI é a sintaxe, aquela que estuda as relações dos signos entre si.

Inferimos que a representação abaixo debate a respeito da informação e “valida também, a conjunção de fenômeno com processo, ou seja, um conjunto de propriedades constitutivas de uma fenomenalidade concreta dotada também de um dinamismo fecundo e complexo” (Silva e Ribeiro 2002).

Figura 1. Informação como dado e processo



Fonte: Silva e Ribeiro 2002, 84.

Para complementar a discussão, Freire e Silva (2012, p. 169) definem o objeto de estudo como “uma marca apresentada por uma dada ciência e que a caracteriza essencialmente”. Em outras palavras, o objeto de estudo é a base e o direcionamento que é dado a uma área do conhecimento para o desenvolvimento de seus estudos. Ter um objeto de estudo implica em ter uma direção para guiar as pesquisas.

O filósofo Gaston Bachelard (1968) aponta duas características básicas para o objeto de estudo¹: primeiro que o objeto é desenvolvido pela ciência e não pela natureza; segundo que o objeto é mutável devido a sua interação com outros conceitos, objetos e métodos.

1 O autor adota o termo objeto científico.

Miranda (2009, 8) defende que a informação é o objeto de estudo da CI, apesar do conceito ser adotado e discutido em outras áreas do conhecimento. Segundo a autora, é a CI que lidera os “estudos encarregados da gênese/fluxo, organização/tratamento e disponibilização/uso dessa Informação para prover uma excelente acesso”.

A autora pontua que a informação pode ser reconhecida como objeto da CI que passou por uma evolução histórica fruto da mudança de paradigmas. O que hoje é compreendido como CI é uma evolução das práticas da Biblioteconomia, Arquivologia e Documentação que culminou no Pós Segunda Guerra Mundial com sua institucionalização, devido ao intenso uso de informações e tecnologias da informação. Essa mudança histórica pode ser compreendida pela mudança do Paradigma Patrimonialista para o Paradigma Emergente da Informação.

Buckland (1991) apresenta o conceito de informação como coisa, segundo o qual, a informação é tida como algo tangível e passível de ser medida, processada e recuperada pelos sistemas de informação. O autor também apresenta o conceito de informação como processo e informação como conhecimento, ambos conceitos intangíveis, na medida em que geram conhecimentos tácitos. Para Le Coadic (2004) a informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte. Por sua vez Silva e Ribeiro define informação como:

[...] conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direcionada (Silva e Ribeiro 2002, 41).

A esta definição Silva e Ribeiro existem cinco propriedades para contextualização do objeto, quais sejam:

[...] estruturação pela acção (humana e social) - o acto individual e/ou colectivo funda e modela estruturalmente a informação;

La intencionalidad...

integração dinâmica —o acto informacional está implicado ou resulta tanto das condições e circunstância internas, como das externas do sujeito da acção; quantificação— a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável ou mensurável quantitativamente; reprodutividade —a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a subseqüente retenção/memorização; e transmissibilidade— a (re) produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável (Silva e Ribeiro 2002, 42).

Nas propriedades apresentadas por Silva e Ribeiro (2002) é possível notar que existe um encadeamento das propriedades, por exemplo, a pregnância potencializa a reprodutividade, e, naturalmente, a memorização, assim como também a transmissibilidade evidencia a reprodutividade.

A informação, dessa forma, pode ser entendida como um elemento que faz parte da formação do conhecimento e comunicação, e que varia de acordo com o sujeito que a decodifica, ou seja, varia de acordo com a direcionalidade e com a consciência real e possível desse sujeito ou grupos sociais. A informação pode ainda ser caracterizada como um fenômeno humano e social suscetível de ser reconhecido cientificamente, contudo, é preciso fortalecer que “ela não se reduz a um fato, uma notícia, ou a qualquer dado do conhecimento, mas abarca impressões, emoções, sentimentos, desde que, obviamente (de) codificados humana e socialmente” (Silva e Ribeiro 2002, 43).

É preciso ressaltar que, nessa definição, são identificados alguns dos fundamentos, já apresentados, de base fenomênica através do conceito de Intencionalidade e ainda sua relação com o conceito de consciência real e possível.

Se a informação possui propriedades ligadas ao fenômeno, ela detém características universais que emergem da raiz fenomênica, possuidora de propriedades intangíveis, porém mensuradas, com uma idade ou período histórico. E a comunicação, sendo o método pelo qual caracteriza o processo de emissão e recepção, está diretamente ligada ao conteúdo das mensagens, a sua elaboração e difusão.

Assim, uma definição semelhante apresenta a informação como “conjuntos simbolicamente significantes com a competência e a intenção de gerar conhecimento no indivíduo em seu grupo e na sociedade” (Barreto 2009, 1). A informação, nesse viés teórico, pode ser assumida também como “um instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo social [que] deixa de se qualificar como uma medida de organização por reduzir incerteza, para ser a própria qualidade em si” (Barreto 2009, 1).

Nessa concepção, o indivíduo é colocado como um ser sensível, subjetivamente consciente no mundo objetivo, que proporciona a sua experiência individual. O fenômeno da informação é apreendido pela sensibilidade desse ser por meio de registros adicionados a ele; a emoção precede da percepção e representa um sentimento da momentaneidade do Eu que avalia o mundo (Barreto 2009).

A concepção dos objetos, o entendimento e a percepção da sua existência são advindas dos sentidos, cuja função proclama essas capacidades. Assim, as qualidades identificadas em objetos são as chaves para a percepção, que, por sua vez, mantém uma intervenção com a sensação (Barreto 2009). Essa intervenção ocorre no momento em que a sensação do indivíduo está direcionada especificamente para algo, como por exemplo, o calor sentido é direcionado à temperatura do ambiente. Dotada de Intencionalidade, a sensação, necessariamente, aclama a individualidade da percepção do indivíduo e leva a apropriações individualmente diferenciadas.

A informação é enriquecida com significados que podem variar entre qualitativo e quantitativo. Essa variação é concebida de acordo com o valor que a consciência dará àquelas propriedades que compõem a informação, que despertam significados e são emitidas como mensagens no processo de comunicação. Esses significados são direcionados como algo particular e dinâmico, o que justifica a definição de que informação é algo de essencial, mas não imutável.

INTENCIONALIDADE DE INFORMAÇÃO: INTERPRETAÇÕES

Com base na explicação de Sokolowski (2004), decidimos adequar e apresentar no contexto da CI, o seguinte: quando um sujeito deseja um tipo de informação, um determinado conteúdo, a ideia de consumir essa informação surgiu de uma necessidade, e com base nessa necessidade decidiu-se procurá-la em um determinado sistema de informação. O sujeito pensa na informação que ele necessita sem ter contato direto com ela, há então uma intencionalidade porque ela está direcionada a uma informação, ou seja, o sujeito tem uma relação de consciência com o objeto, ele sabe o que procura e o que necessita, no entanto, como ainda não tem contato direto com essa informação, pensa sobre ela, portanto, na ausência dela, a intencionalidade existente por enquanto é vazia. Acontece uma antecipação do conteúdo. Agora, quando se encontra a informação desejada, aparece a intencionalidade cheia, e a informação é mostrada gradualmente para o sujeito.

As Intenções vazias, aquilo que foi dito ou imaginado antes de encontrar a informação necessária, tornaram-se cheias pela presença real do objeto encontrado, a qual também leva algum tempo para se estender. E quando um sujeito se afasta da presença física da informação e fica apenas recordando ela, a esse evento também se chama Intenções vazias, mas num tipo diferente de ausência. As Intenções vazias acontecem quando o utilizador não encontra a informação desejada, mesmo tendo a intuição que ela está no sistema.

Então diante do exposto podemos inferir que a intencionalidade justifica a informação enquanto fenômeno que possui uma essência mutável e as propriedades de condições de satisfação, direcionalidade, conteúdo proposicional, causalidade intencional, percepção, *background* (capacidades não representacionais, competências) e *rede* (conteúdos Intencionais).

Searle (1999) adianta que ter consciência de algo não é o mesmo que ter estado intencional, mas sim direcionalidade, a relação entre estado intencional e conteúdo proposicional. Os estados in-

tencionais são referidos por Sokolowski (2004) como estados de consciência, nos quais as coisas são alcançadas somente mediante o raciocínio.

Então, o que a fenomenologia faz por meio de sua doutrina da Intencionalidade é superar o desvio cartesiano contra a publicidade da mente, os desvios das realidades das coisas, ou seja, é contra as alucinações ou imaginações que impedem um sujeito de chegar à realidade da manifestação das coisas. Em acréscimo, para a fenomenologia não existe uma mera aparência, e nada é só um aparecimento, os aparecimentos são reais, eles pertencem ao ser. Palavras, retratos, objetos vistos ou leis são todos reconhecidos como sendo capazes de aparecer de acordo com seus próprios modos de ser. Considere como essencial o pensamento sobre o modo como as coisas aparecem a si mesmas (Sokolowski 2004).

Essa análise fenomênica consiste em buscar a multiplicidade que é própria de um determinado objeto, por meio de sua estrutura formal e da Doutrina da Intencionalidade. Com base nessa fundamentação, a informação assume a sua multiplicidade para então ser contextualizada com base na CI.

Todo fenômeno representacional, tal como o que se verifica em estados Intencionais e atos de fala, requer um conjunto de capacidades não representacionais (*background*), que acontecem na mente, e que as enquadrem para que possam manter a sua função. Ou seja, a interpretação de um ato de fala ou de um estado intencional só é determinada em relação a um conjunto de capacidades biológicas e culturalmente condicionadas.

Com base nos atributos teóricos desenvolvidos, a informação, em sentido *lato*, apresenta as características de fenômeno: direcionalidade e relação causal. Nesse sentido, inferimos que Informação é direcional a /para; é dirigida a/para; é orientada a/para.

Se a Intencionalidade, segundo Searle (1999), Sokolowski (2004) e Dias (2004) se caracteriza pelo seu direcionamento a um objeto, a Intencionalidade de informação será válida todas as vezes que seja possível responder a perguntas do tipo: a que se refere? Sobre que é tal informação? para então, obter-se como resposta uma informação sobre o objeto direcionado. Nesse viés intencionalidade

de informação é aquela criada para descrever ou indicar o conteúdo proposicional.

Então sugerimos explicitar a Intencionalidade como característica que qualifica a informação como processo, em sistemas de informação, e avaliá-la a partir das seguintes variáveis:

a) Intencionalidade: pensamentos sendo crenças sobre coisas:

- Consciência: experiência somada à subjetividade;
- Privacidade: estados mentais (únicos e íntimos);
- Direcionalidade: continuidade.

O enunciado de caráter fenomênico sugere que os modelos e métodos construídos para organizar a informação não devem se deter no significado da informação, pois esta é uma tarefa intrínseca ao utilizador. Potencializar o acesso à informação com a garantia de novos recursos que estimulem novas experiências de uso e condições, é uma função social demasiado importante, porque agrega os fatores de produção, organização e partilha de novos conteúdos e significados, e se insere nos objetivos da CI.

A proposição a seguir tem a função de orientar a estrutura de informação.

Se fenômeno aparece na consciência intencional, cognoscitiva e particular de cada ser, estimulado por situações, contextos e experiências, possui intencionalidade (consciência intencional, experiência, background, direcionalidade). A noção de fenômeno fundamenta informação. Então, informação possui intencionalidade.

De onde a Intencionalidade é um mecanismo capaz de potencializar a busca pela informação e reforçar a experiência do sujeito.

A Intencionalidade reforça o teor semântico da informação como propriedade associada ao uso da informação. É um processo contínuo ao qual o sujeito realiza interpretações em busca de significados que possam satisfazer e dar sentido a sua situação.

No campo da CI, consideramos uma estrutura lógica de informação que desperta uma representação mental, sentido, algum tipo de significado, mesmo quando não decodificados seus conteúdos semânticos. Por exemplo, o sistema de conceitos de um sujeito conhecedor do assunto identifica esse assunto e sugere uma informação sobre o que se está observando. Contudo, sugerir informação

é um conceito de consciência possível e depende da experiência de quem observa, por isso. Com o método empírico, de sugerir informação, a fenomenologia combate a experiência pura sem colocá-la em causa. Com a informação criada em contextos sociais, a experiência vai existir.

À medida que existe um grupo ou um sujeito em busca ou para encontrar a informação, enquadra-se o fenômeno informacional de tal maneira que se possa estudá-lo em sua estrutura, conteúdo e contexto no qual faça parte originalmente.

CONSIDERAÇÕES

O desenvolvimento conceitual da informação amplia as possibilidades de integração aos estudos da consciência e da memória, o que também pode tornar a CI um participante ativo nos programas interdisciplinares relativos ao mapeamento da consciência, e do problema mente/cérebro, abordado pelos neurocientistas.

Propiciar condições para a intencionalidade da consciência é prover meios para o sujeito explorar seus estados intencionais, sua experiência, e mesmo as situações que direcionam à identificação de determinados padrões e condições de satisfação, representações de experiências que se repetem, pedaços artificiais e momentâneos.

A geração da informação é uma atividade complexa, nas qual os repositórios analógicos ou digitais são apenas uma fase do processo de criação de memória, para posterior acesso e localização da informação. O que opera na mudança é a possibilidade de encontrar uma harmonia entre o sujeito consciente e seus repositórios para a produção de informação com significados, segundo seu estado intencional. É preciso criar condições para os estados intencionais, nos quais as percepções e sentidos de informação possam ser lembrados como memórias, e o sujeito possa acessar e reutilizá-la para preparar novas percepções (experiências).

O estudo da consciência, como um elemento metodológico, pode então orientar a estruturação de informação, baseando-se no

La intencionalidad...

estudo de contexto de grupos sociais específicos. Para isso devem ser levados em causa questionamentos sobre o campo de interesse, seu conhecimento nato ou sua consciência real (*background*), ou seja, seu conhecimento dentro de sua estrutura social e contexto no qual faz parte, sem modificar sua estrutura, ou tirando-lhes do seu *habitat natural*. E ainda, identificar a variação da maneira de pensar, ou consciência possível, tipo de direcionalidade que os sujeitos desenvolvem sobre os assuntos apresentados, mas sempre de acordo com seus contextos.

REFERÊNCIAS

- Abbagnano, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- Bachelard, Gaston. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- . *A epistemologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1968.
- Barreto, Aldo de Albuquerque. “Ocultando a Informação. Hiding Information: Using Symbolic Indicators”. *DataGramZero - Revista de Ciência da Informação*, v.11, n.3 (2009).
- . “Sensação e percepção na relação informação e conhecimento”. *DataGramZero-Revista de Ciência da Informação*, v.10, n.4 (2009).
- Brugger, Walter (trad.). *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Herder, 1962.
- Buckland, M. K. “Information as thing”. *Journal of the American Society for Information Science (JASIS)*, v. 45, n. 5 (1991): 351-360. Disponível em <http://rfrost.people.si.umich.edu/courses/SI110/readings/misc/Buckland.pdf>.
- Chalmers, David. J. “O Enigma da Experiência Consciente”, *Crítica*, 24 set., 2004. Disponível em: <http://www.criticanarede.com>.

- Chirollet, Jean Claude. *Filosofia e Sociedade da Informação*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- Cruz, Abel dos Santos (2005), “Formação técnica e especializada”, *Revista Ciências e técnicas do patrimônio*, série 1, vol.4 (2005):125-134.
- Dias, Maria Clara, 2004. *Causação Intencional*. Rio de Janeiro: Centro de Ética e Filosofia da Mente/UFRJ Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/cefm/publicacoes/causaointencional.pdf>.
- Durozi, G y A. Roussel. *Dicionário de Filosofia*. Porto: Porto Editora, 2000.
- Enciclopedia Einaudi*. Comunicação e cognição, v. 34. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.
- Epstein, I. *Teoria da Informação*, São Paulo: Ática, 1988.
- Fidalgo, Antonio. *Enciclopedia Of Phenomenology Kluwer Academic Publishers Dodrecht*. Boston: London, 1997.
- Freire, Gustavo e Jonathan Silva. “Um olhar sobre a origem da Ciência da Informação”, *Encontros Bibli*, vol. 17, núm. 33 (2012): 1-29.
- Hjørland, Birger. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. Maryland: ASIS&T, 2009.
- Ilharco, Fernando. *Filosofia da Informação: uma introdução à Informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão*. Lisboa: Universidade Católica de Lisboa, 2003.
- Le Coadic, Yves-François. *A Ciência da Informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
- Miguens, Sofia. As ciências cognitivas e a naturalização do simbólico. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995.

La intencionalidad...

Miranda, Marjory K.F. *et.al.* “Web social”, en Borges (org.), A ciência da informação como criadora de conhecimento. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009.

Searle, Jonh R. *Intencionalidade: um ensaio de filosofia da mente*. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1999.

Searle, Jonh R e Madalena Poole da Costa (trad.). *Intencionalidade: um ensaio de filosofia da mente*. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1999.

Silva, Armando Malheiro e Fernanda Ribeiro. *Das Ciências Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

Sokolowski, Robert. *Introdução à Fenomenologia*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.